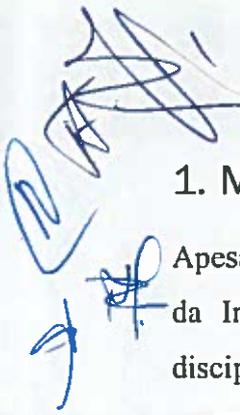


# Relatório de Gestão e Contas 2017

Santa Casa da Misericórdia Porto de Mós



“O sucesso de uma Instituição é o resultado do  
trabalho de uma Equipa”



## 1. Mensagem do Provedor

Apesar da situação económica que o país atravessa, continuamos a encarar o futuro da Instituição de uma forma positiva. Com o esforço de todos, com grande disciplina e rigor, iremos continuar a trabalhar de forma a aumentar e melhorar os nossos serviços, atingindo assim o objetivo a que a Instituição se propõe, ser uma Instituição de referência através da intervenção na comunidade passando pelo desafio e educação das nossas crianças, pela melhoria da qualidade de vida dos nossos idosos, no papel que prestamos na reabilitação e recuperação de pessoas e no apoio ao serviço comunitário, mas sempre focados na defesa da dignidade do ser humano e na humanização dos serviços.

Estamos convictos que a Santa Casa da Misericórdia Porto de Mós, saberá estar, com a sua capacidade de inovação, na primeira fila desse desafio, levando a todos aqueles que mais precisam da nossa ajuda, uma cultura de solidariedade.

Nunca é demais realçar e enaltecer que todas as iniciativas, actividades e projectos a que a Instituição se propôs, mereceram o contributo e empenho dos colaboradores, utentes das várias respostas sociais e outras demais pessoas, que em muito, têm contribuído para o prestígio da nossa Instituição.

### 1.1. Olhar o Futuro

O futuro desafia-nos a cada minuto.

Hoje, como sempre, temos a ambição de poder corresponder aos desafios que a sociedade e a comunidade nos colocam, mas mais do que isso, queremos construir e proporcionar no futuro, o aconchego que os nossos filhos, os nossos pais e os nossos avós merecem.

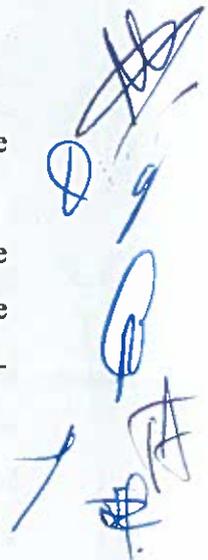
É imperativo, congregar esforços para o futuro e conquistar os desafios que temos pela frente.

Numa época tão marcada pela escassez de recursos financeiros, importa reflectir sobre os caminhos para a sustentabilidade, no sentido de garantir a sobrevivência das Instituições que caracterizam o sector social.

É importante que as organizações estejam atentas e consigam dar resposta às necessidades actuais da sociedade: como o envelhecimento, o desemprego, o apoio à família, e criem novas respostas para novos problemas podendo assim, levar a cabo

a sua missão de forma mais ajustada à realidade actual de novos grupos e necessidades.

A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós tem um passado que a enobrece e nos orgulha, um presente estruturado num sentido de missão, de valores e de responsabilidade e o futuro dependerá sempre do que fizermos para vencer no dia-a-dia.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin. There are several distinct marks, including what appears to be a large stylized signature at the top, followed by several smaller initials and a checkmark-like symbol.



## 2 Caracterização da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós

### Missão

De acordo com o Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, a atividade da Instituição tem por finalidade a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Para realização dos seus objetivos, a Instituição propõe-se manter em funcionamento as respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, ERPI, Fisioterapia, Unidade Cuidados Continuados e predispõe-se à criação de novos serviços de interesse para a Instituição.

### Valores

Os valores da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós constituem as crenças que servem de guia e critério para os comportamentos, atitudes e decisões de todos os colaboradores, que no exercício das suas responsabilidades, e na busca dos seus objetivos, estejam executando a missão, na direção da visão.

A Missão da Santa Casa da Misericórdia Porto de Mós está suportada nas 14 obras (Espirituais e Materiais) da Misericórdia e pelos seguintes Valores:

**Humanização de cuidados** – Fomentar relações de proximidade com empatia e assertividade, respeitando a individualidade e dignidade do outro.

**Respeito** – Representa a inviolabilidade da integridade física, psicológica e moral, abrangendo os direitos humanos, nomeadamente a igualdade, a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores individuais, das ideias próprias, das escolhas pessoais, crenças e dos espaços e objetos pessoais.

**Confidencialidade** – Afirma-se pela proteção de factos e informações relativas aos clientes para que sejam sigilosamente guardadas, que não sejam reveladas sem o seu consentimento esclarecido (salvo quando se trata de proteger alguém de dano – suicídio, homicídio).

**Cooperação** – Materializa-se em todas as atividades expressando o caráter da Organização assente na solidariedade e interajuda entre todos os intervenientes.

**Lealdade** – Caracteriza-se por respeitar as hierarquias, agir com sinceridade e honestidade para com todos os intervenientes, conferindo credibilidade à Organização.

**Transparência** – Pautar os comportamentos e serviços de rigor e clareza, consolidando a credibilidade da Instituição.

**Profissionalismo** – Trata-se de dedicar o maior empenho e disciplina no cumprimento das tarefas que estão confiadas, em todos os momentos da sua atividade, procurando atualizar e aperfeiçoar continuamente as suas competências profissionais, como condição do sucesso pessoal e da organização.

**Integridade** – Abster-se de receber de terceiros qualquer espécie de pagamentos ou favores susceptíveis de criarem, a quem os presta, expectativas de favorecimento nas suas relações com a Instituição.

**Solidariedade e Responsabilidade Social** – É a disponibilidade para o outro de forma a promover a dignidade humana, através de ações de proximidade e a integração de preocupações sociais no quotidiano da Organização e na interligação com todas as partes interessadas contribuindo para uma sociedade mais justa.

**Multidisciplinariedade e Interdisciplinaridade** – Promoção do trabalho de equipa e de interajuda, através da articulação das diferentes áreas de conhecimentos.

## Órgãos Sociais

Em 31 de Dezembro de 2017

### Mesa da Assembleia Geral

Dr. Nuno José Gonçalves Moreira da Silva – Presidente

Lúcia Maria Bento Venda Morgado – Vice-Presidente

Dra Alcina Maria Filipe Rosa – Secretária



**Mesa e Provedor**

Paulo Manuel Ribeiro Carreira – Provedor

Eduardo Manuel Ferreira Amaral – Vice-Provedor

Nuno Joaquim Matos Ferreira – Tesoureiro

Ana Maria Alves Sousa – Secretário

Ana Paula Cordeiro Pires Sousa Mendes – Vogal

Fernando Manuel Marques Amado – Vogal

Rui Fernando Correia Marto – Vogal

**Conselho Fiscal**

José Rosa Ribeiro – Presidente

José Carlos Fiel Amado Miguel – Vice-Presidente

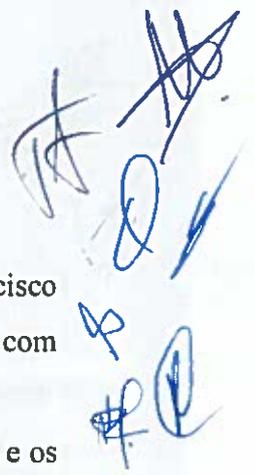
Eduardo Manuel Matias Cunha - Secretário

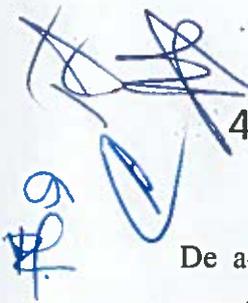
### 3. Introdução

A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mos, com sede social em Rua Francisco Serra Frazão, tem como Actividade Principal Apoio Social para Pessoas Idosas com Alojamento.

O presente Relatório de Gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2017.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.





## 4. Enquadramento Económico-social

De acordo com a generalidade dos analistas, em 2017 registou-se um crescimento económico positivo a nível global, à medida que o ciclo de recuperação económica iniciado em meados de 2016 se continua a reforçar, impulsionado pela recuperação do investimento e do comércio, bem como pelas condições financeiras favoráveis. Estas revisões em alta são mais acentuadas nas economias avançadas, particularmente nos Estados Unidos, mas as perspetivas de crescimento também melhoraram para alguns mercados emergentes, incluindo a China. No curto prazo, o momento económico robusto, é consistente com a força do comércio e com a confiança das famílias entre a maioria dos mercados emergentes e economias avançadas.

Apesar das melhorias visíveis ao longo do ano transato, denotam-se alguns riscos que podem reverter a situação atual. Entre eles, a possibilidade de agravamento de tensões geopolíticas a nível internacional, destacando-se a situação no Médio Oriente e na península Coreana. Numa ótica de risco nacional e europeu, a instabilidade política que se vive na Catalunha, bem como a possibilidade das economias avançadas adotarem medidas protecionistas no médio prazo, onde se inclui a hipótese de um impacto mais adverso do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, poderão contribuir também para agravar a incerteza política a nível global. Também não se pode excluir o cenário de um ajustamento económico mais acentuado em algumas economias de mercado emergentes com elevado nível de endividamento, com destaque para a China. Ainda assim, as previsões até 2020 são genericamente positivas, até quando está previsto que a expansão se mantenha sólida e sustentada entre os vários setores e economias, e uma continuação do crescimento do consumo privado e da recuperação do investimento.

### 4.1. A Nível Internacional e Europeu

Segundo o mais recente World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), o aumento cíclico em curso desde 2016 continuou a fortalecer-se, com o PIB mundial a subir para os 3,7% em 2017, um valor ligeiramente superior ao registado em 2016, tendo sido mais pronunciado na Europa e na Ásia. Entre as economias avançadas,

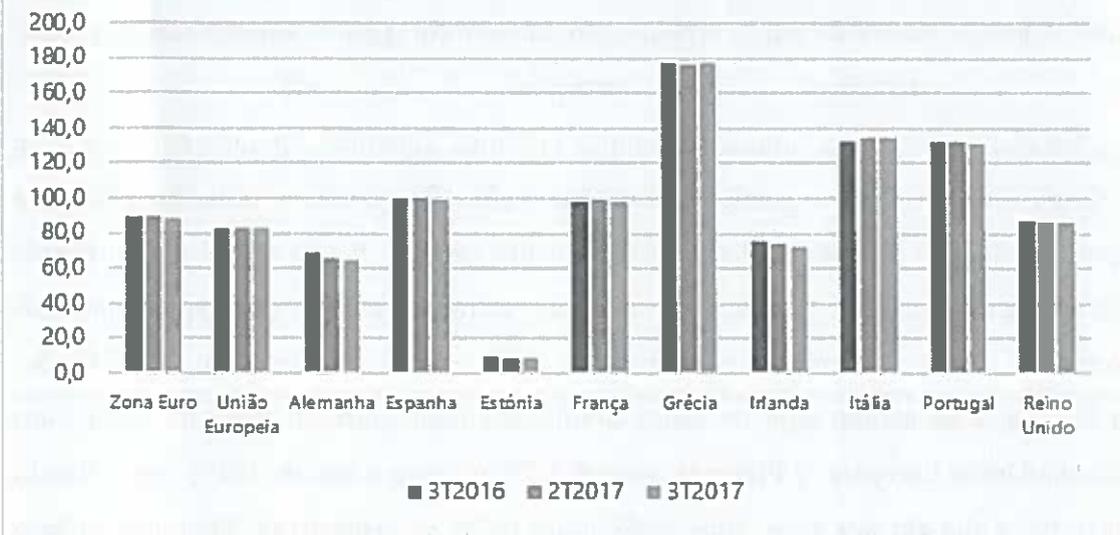
o crescimento foi mais notório na Alemanha, Japão, Coreia e Estados Unidos. Nos principais mercados emergentes e economias em desenvolvimento, onde se inclui o Brasil, China, e África do Sul, o crescimento também foi notório, especialmente a partir do terceiro trimestre de 2017.

Nos Estados Unidos, a atividade económica continua dinâmica, apoiada por uma série de fatores positivos, como sendo as fáceis condições financeiras, o dólar mais fraco, a expansão no setor energético e uma forte procura externa. É expectável que a recente reforma fiscal acordada também sirva como estímulo à economia americana nos próximos anos, dando continuidade ao perfil ascendente verificado. Na Europa, e de acordo com os dados divulgados pelo Eurostat, tanto na Zona Euro como na União Europeia, o PIB real cresceu 2,5% durante o ano de 2017, apresentando a taxa mais alta em dez anos, superando assim todas as expectativas. Esse crescimento foi impulsionado pelos fortes contributos da procura interna e, em especial, pelas despesas de investimento fixo. Estas duas economias cresceram, pelo menos, 0,6% em cinco trimestres consecutivos, dando continuidade à transição de uma recuperação para uma expansão económica.

Em relação ao emprego, os dados relativos ao último mês de dezembro revelam que a taxa de desemprego da Zona Euro situou-se nos 8,7% e a da União Europeia nos 7,3%, atingindo o nível mais baixo desde janeiro de 2009 e outubro de 2008, respetivamente, sendo que o número de pessoas empregadas atingiu o valor mais alto alguma vez registado. Também se verificou uma diminuição do emprego jovem, de 20,3% em dezembro de 2016 para 17,9% em dezembro de 2017 na Zona Euro, e de 18,0% para 16,1% na União Europeia. Contudo, o número total de horas trabalhadas permanece em níveis abaixo dos registados antes da crise financeira (cerca de 3%), apesar de continuarem a crescer em linha com a criação de emprego. Isto reflete uma mudança na composição do emprego para uma maior participação no emprego a tempo parcial. Ainda assim, as condições do mercado de trabalho melhoraram em todos os Estados Membros.

A dívida pública manteve um perfil descendente durante o ano de 2017, situando-se nos 88,1% para a Zona Euro e nos 82,5% na União Europeia, no terceiro trimestre de 2017, apresentando, assim, níveis mais baixos do que o período homólogo, resultado de um impulso cíclico mais forte na Europa, onde os mercados de trabalho continuam a melhorar, evidenciando um aumento na atividade económica mais forte do que o esperado.

Dívida Pública em % do PIB (EUROSTAT)



A inflação global, durante o ano de 2017 permaneceu moderada, atingindo os 1,4% em dezembro, ficando acima do valor registado em dezembro de 2016 (1,1%), em muito devido ao impacto do aumento dos preços dos produtos energéticos. Conforme a análise realizada pelo FMI, o aumento dos preços dos produtos energéticos em cerca de 20% entre agosto e dezembro de 2017, para aproximadamente 60 dólares por barril, deveu-se à melhoria das perspetivas de crescimento global, aos eventos climáticos registados nos Estados Unidos, à extensão do acordo OPEC+ para limitar a produção de petróleo, e às tensões geopolíticas no Médio Oriente. Estes valores geraram um aumento na inflação geral das economias avançadas, não tendo, contudo, afetado nem a inflação salarial nem a de preços-base. Em termos cambiais, e segundo dados da Comissão Europeia, o euro valorizou-se em mais de 2% em termos nominais efetivos desde novembro de 2017, e em 7% contra o dólar americano, evolução explicada pelos factos da economia ter crescido mais do que o expectável e por existir uma baixa incerteza política e uma forte expectativa de normalização das políticas monetárias na Europa. A libra esterlina também foi apreciada em cerca de 4%, uma vez que o Banco de Inglaterra aumentou as suas taxas de juro em novembro. Já o iene foi depreciado em 5%. Assim, tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2017 situava-se nos 1,0465 e no final do mesmo ano subiu para 1,1993, tendo apresentado um perfil ascendente ao longo de todo o ano, contrariando o perfil verificado em 2016, assim como a cotação EUR/CHF (no início do

ano encontrava-se nos 1,0711, fechando com 1,1704). Em relação ao iene, verificou-se uma desvalorização nos primeiros meses de 2017, tendo em abril atingido um valor mínimo de 116,01, mas começando a valorizar-se ao longo dos restantes meses, tendo fechado o ano nos 135,01. Quanto à libra esterlina, o perfil não foi linear, tendo sido de 0,8514 no início do ano e de 0,88723 no final, atingido um pico de 0,92328 no final de agosto. Nas economias emergentes, o peso mexicano depreciou-se em 7%, devido às incertezas associadas às negociações em curso do NAFTA, tendo os fluxos de capitais destas economias permanecido resilientes.

Nos mercados de títulos soberanos, as yield de referência da União Europeia aumentaram desde a passagem do ano, apesar de permanecerem em níveis baixos. A maioria dos spreads continuou a diminuir à medida que as perspetivas económicas e fiscais se fortaleceram. Nos Estados Unidos, as yield do Tesouro a 10 anos subiram. Os preços das ações nas economias avançadas continuam a evoluir de forma positiva, impulsionadas pelo sentimento positivo quanto às perspetivas de lucro e de uma normalização da política monetária num ambiente de fraca inflação e de baixa volatilidade. Desde 2008 que o Banco de Inglaterra não aumentava a sua taxa de juro de referência, tendo-o feito em novembro de 2017, prevendo uma queda na economia e um aumento da inflação. Também a Reserva Federal dos Estados Unidos aumentou a taxa de juro de referência pela terceira vez no prazo de um ano. Já o Banco Central Europeu anunciou que manteria as taxas de juro em níveis historicamente baixos e que a partir de janeiro deste ano iria diminuir as suas compras líquidas de ativos.

O comércio mundial tem crescido fortemente, suportado por uma recuperação no investimento, principalmente entre os países desenvolvidos, e pelo aumento da produção industrial na Ásia. Também o poder de compra tem aumentado, consistente com a forte confiança dos consumidores, o que aponta para uma demanda final saudável.

## 4.2. A Nível Nacional

Segundo o Banco de Portugal, no primeiro semestre de 2017 notou-se uma ligeira subida no crescimento da atividade económica face ao último trimestre de 2016, tendo, contudo, esse crescimento abrandado no segundo semestre, essencialmente devido à desaceleração das exportações, conforme explicado no parágrafo seguinte. Ainda assim,

a sua evolução, no conjunto dos três primeiros trimestres, traduziu-se num diferencial positivo de crescimento quando em comparação com a zona euro. Também o crescimento do PIB foi superior ao da zona euro no primeiro semestre de 2017.

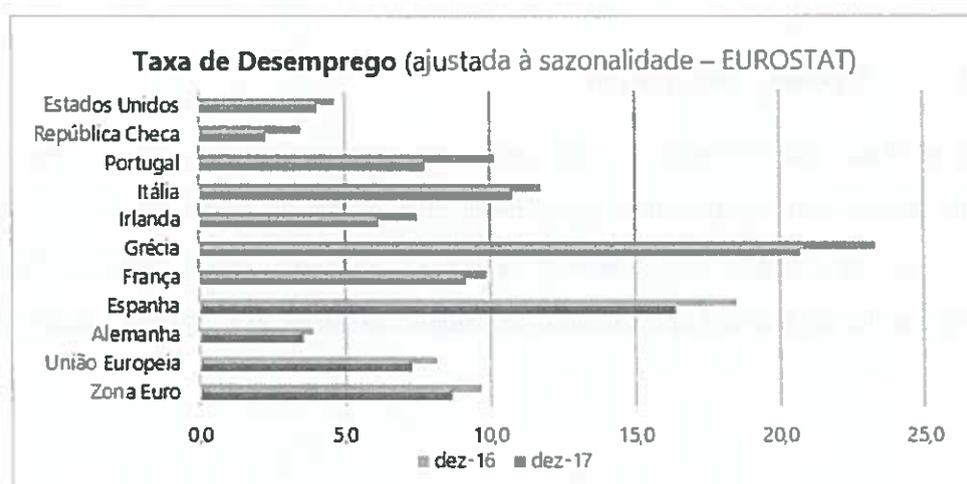
Em relação às exportações, registou-se um forte crescimento no primeiro semestre de 2017, especialmente marcado no segundo trimestre, essencialmente devido à evolução do turismo, tendo o seu ritmo abrandado no semestre seguinte, muito devido à componente de bens energéticos, especialmente no terceiro trimestre, onde se registou um abrandamento das exportações do turismo, mas, ainda assim, conseguindo manter um crescimento significativo.

As importações desaceleraram ligeiramente no terceiro trimestre de 2017 face ao primeiro semestre, essencialmente devido à redução significativa da componente energética.

Assim, no que respeita à balança corrente e de capital, registou-se uma ligeira redução do seu excedente (em percentagem do PIB) nos três primeiros trimestres de 2017, face a 2016, refletindo a redução do excedente da balança de bens e serviços.

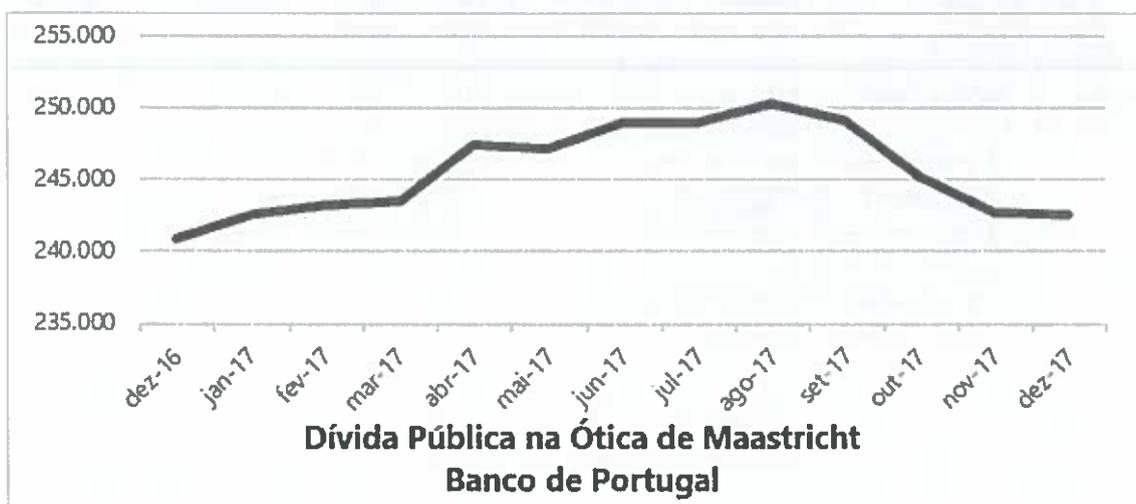
Quanto ao nível de emprego, notou-se um crescimento do mesmo e uma recuperação da população ativa. Segundo dados do INE, a taxa de desemprego média anual em 2017 situou-se nos 8,9%, tendo-se verificado uma diminuição de 2,2 pontos percentuais em relação a 2016. Em termos trimestrais, a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2017 situou-se nos 8,1%, abaixo do trimestre anterior e do trimestre homólogo. A taxa de desemprego jovem também diminuiu, situando-se nos 23,9% em 2017, menos 4,1 pontos percentuais que em 2016.

A população desempregada continuou a registar uma diminuição, observada desde o segundo trimestre de 2016. A estimativa anual para 2017 é de 462,8 mil pessoas desempregadas, tendo-se verificado uma diminuição de 19,2% em relação ao ano anterior, e de 4.756,6 mil pessoas empregadas, tendo aumentado 3,3% em relação ao período homólogo.



A confiança dos consumidores mostrou um perfil ascendente, principalmente no primeiro semestre de 2017, essencialmente devido ao aumento do rendimento disponível real, bem como à melhoria das condições de trabalho e da manutenção das condições de financiamento, o que resultou num aumento do consumo privado, e, apesar do abrandamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) verificado no segundo semestre, a procura interna manteve um ritmo de crescimento forte. Já a inflação, aumentou em 2017, estimando-se uma taxa anual de 1,6%, após um aumento de 0,6% em 2016, para a qual contribuiu o aumento dos preços dos bens energéticos (cerca de 4%) e dos serviços, principalmente os relacionados com o turismo, bem como o aumento dos preços de importação, tanto de bens energéticos como não energéticos, e um aumento dos custos unitários de trabalho, resultantes de uma redução de produtividade.

No final de 2017, a dívida pública situou-se nos 242,6 mil milhões de euros, registando-se subidas ao longo do ano, atingindo um pico em agosto, onde excedeu os 250 mil milhões de euros, e só começou a diminuir nos últimos quatro meses. Comparando com 2016, registou-se um aumento de 1,6 mil milhões de euros, tendo contribuído o acréscimo de títulos de dívida pública e dos certificados do Tesouro. Contudo, estas variações foram parcialmente compensadas pelos reembolsos antecipados dos empréstimos concedidos pelo FMI. Em termos de percentagem do PIB, estima-se que a mesma tenha sido de 126,2%, abaixo da registada em 2016 (130,1%). Ainda assim, em comparação com a Zona Euro, Portugal continua a ser dos países com maior dívida pública, ficando apenas abaixo da Grécia e da Itália.



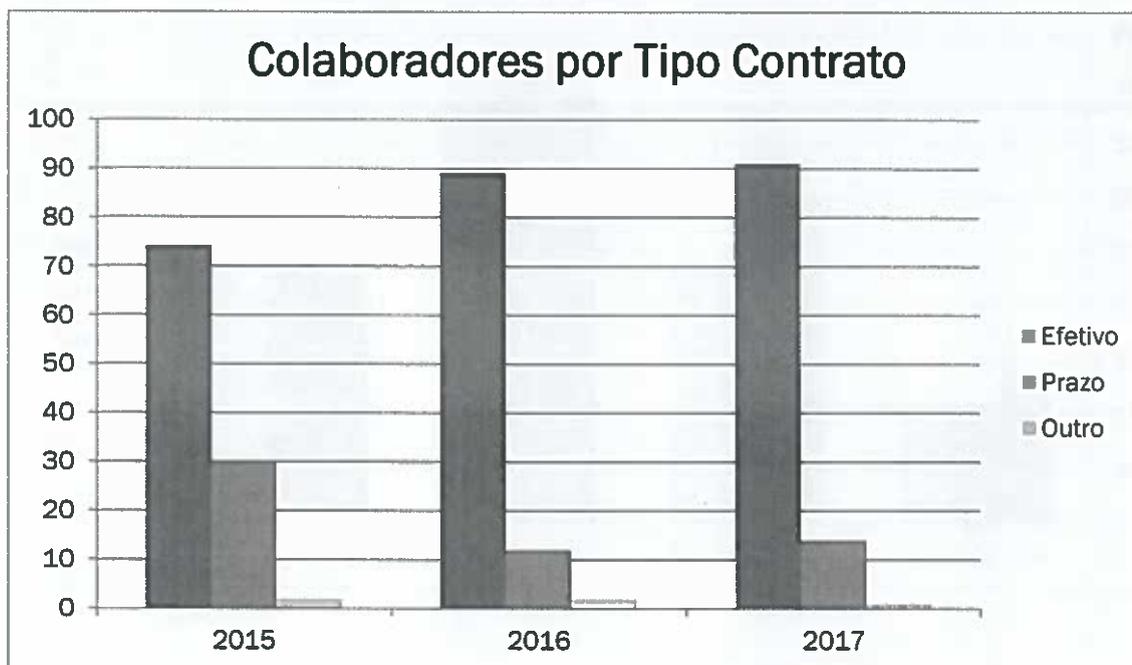
Em relação ao défice orçamental, situou-se nos 0,3% do PIB nos três primeiros trimestres de 2017, quando no período homólogo se encontrava nos 2,8% e no primeiro semestre de 2017 nos 1,9%, sendo que a meta anual do governo era de 1,4%. Do lado da receita, cujo crescimento foi acima do previsto (registou-se um aumento das receitas públicas de 3,8% face ao ano anterior, tendo sido previsto 1,4%), contribuíram os impostos indiretos, com destaque para o IVA e as contribuições sociais, mas também houve um reforço dos impostos diretos (IRS e IRC) e um forte aumento da receita de capital. Do lado da despesa, notou-se um aumento de 1,6% face ao ano anterior, superando o previsto (0,5%), em muito devido ao aumento dos gastos com pessoal, justificado pelo aumento do número de efetivos no Sistema Nacional de Saúde (SNS), tendo-se também observado um recuo nos apoios sociais e nos juros, que compensaram o crescimento do investimento e do consumo intermédio. De notar que estes dados não incluem o impacto da recapitalização da CGD, que poderá agravar estes resultados para o ano corrente.

## 5. Organograma



## 6. Recursos Humanos

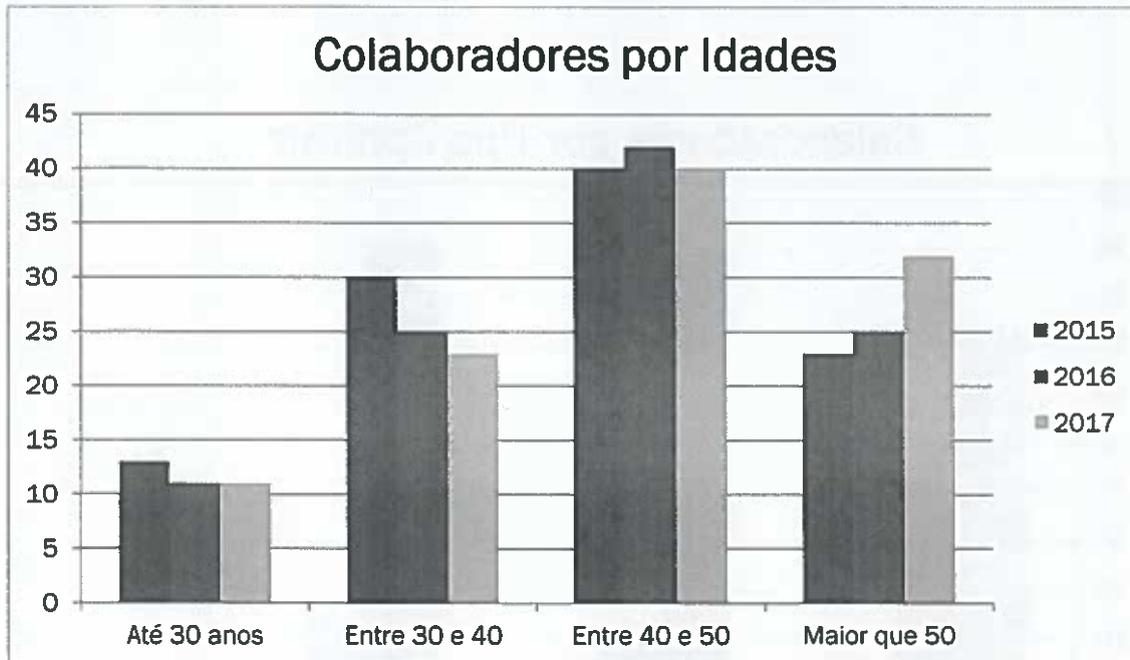
Colaboradores (Tipo Contrato)	2015	2016	2017	Variação 2015/2017
<b>Contrato Efetivo</b>	74	89	91	23%
<b>Contrato a Prazo</b>	30	12	14	-53%
<b>Outros (CEI)</b>	2	2	1	-50%
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>103</b>	<b>106</b>	<b>0%</b>



Através da análise do Gráfico relativo ao número de colaboradores por tipo de contrato podemos concluir que a nível do tipo de Contrato Efetivo têm tido uma ligeira subida ao longo dos últimos três anos, atingindo o seu maior valor em 2017, sendo o mesmo de 91 colaboradores.

Quanto aos contratos do tipo a prazo, podemos analisar que de 2015 para 2016 houve uma ligeira diferença, uma vez que cerca de 15 colaboradores passaram do tipo de contrato a prazo para o tipo de contrato efetivo. Neste tipo de contrato, do ano de 2016 para 2017 a Santa Casa da Misericórdia registou um aumento, novas admissões, pretendemos acima de tudo prestar os nossos serviços com a máxima qualidade.

Colaboradores (por Idades)	2015	2016	2017	Variação 2015/2017
Até 30 Anos	13	11	11	-15%
>30=<40 Anos	30	25	23	-23%
>40=<50 Anos	40	42	40	0%
>50 Anos	23	25	32	39%

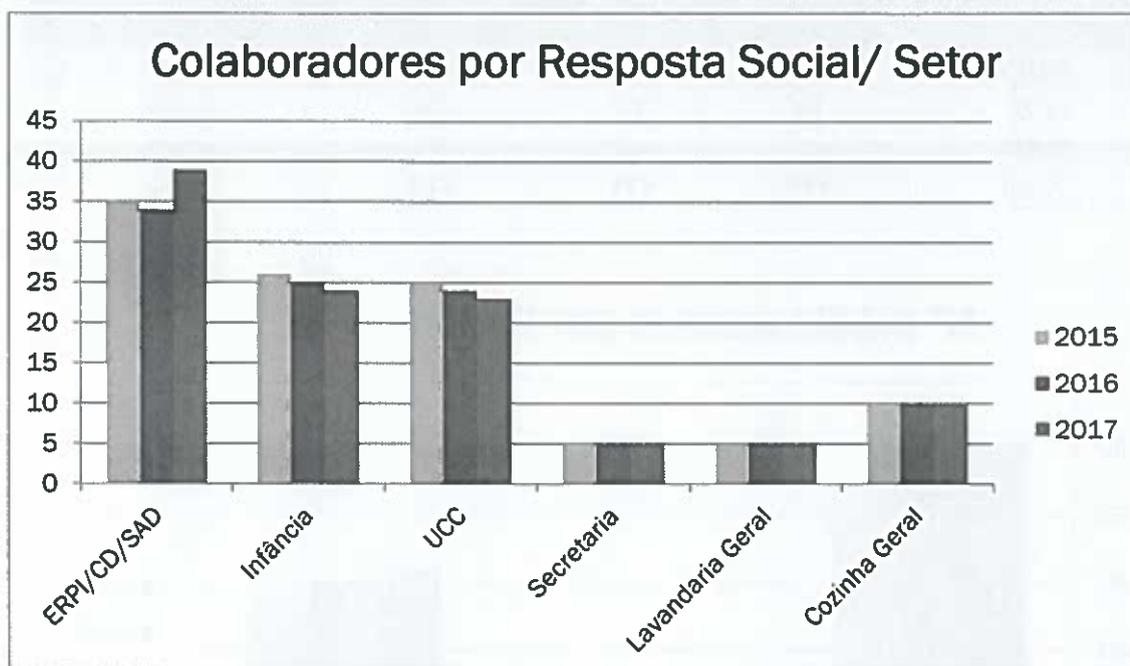


Através do gráfico de barras representado na figura acima, podemos concluir que a maioria dos colaboradores da Instituição quer no ano de 2015, 2016 ou 2017 têm entre 40 e 50 anos.

De notar que de 2016 para 2017, os colaboradores da Instituição até 30 anos de idade manteve-se e entre 30 e 40 anos, de 2015 para 2017 têm vindo a diminuir, notando-se o contrário nos colaboradores com mais de 50 anos que desde 2015 têm aumentado gradualmente, sendo o maior aumento de 2016 para 2017.

Colaboradores (por Resposta Social/Setor)	2015	2016	2017	Varição 2015/2017
<i>ERPI/CD/SAD</i>	35	34	39	11%
<i>Infância</i>	26	25	24	-8%
<i>UCC</i>	25	24	23	-8%
<i>Secretaria</i>	5	5	5	0%
<i>Lavandaria Geral</i>	5	5	5	0%
<i>Cozinha Geral</i>	10	10	10	0%
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>103</b>	<b>106</b>	<b>0%</b>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several initials and checkmarks below it.



Ao nível dos setores da Secretaria Geral, Lavandaria, Cozinha Geral, estes desde 2015 mantiveram-se constantes, existindo algumas saídas ao longo dos 3 anos, mas também algumas entradas que fizeram com que o número de colaboradores ficasse igual desde 2015 a 2017.

No setor da Infância, este tem diminuído gradualmente.

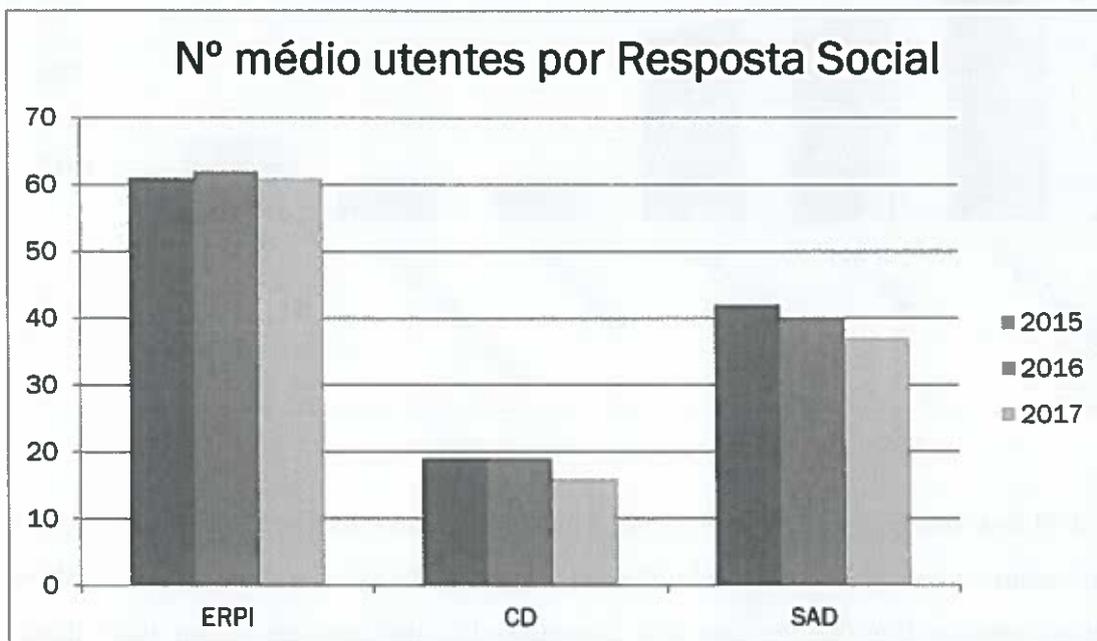
Nas respostas sociais ERPI, SAD e CD, o número de colaboradores de 2015 para 2016 registou uma pequena diminuição, sendo que no ano de 2017 teve um aumento significativo justificado na sua maioria por se encontrarem funcionárias de baixa quer de licença de maternidade quer de baixa médica.

Na resposta social UCC esta tem tido uma redução não significativa que, contudo não tem posto em causa o valoroso trabalho desta Unidade de referência no Concelho de Porto de Mós.

## Resposta Social Idosos

Na análise ao grupo de idosos, iremos analisar as respostas sociais ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), CD (Centro de Dia) e SAD (Serviço Apoio Domiciliário).

Resposta Social (nº médio utentes)	2015	2016	2017	Variação 2015/2017
<b>ERPI</b>	61	62	61	0%
<b>CD</b>	19	19	16	-16%
<b>SAD</b>	42	40	37	-12%
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>121</b>	<b>114</b>	<b>-7%</b>



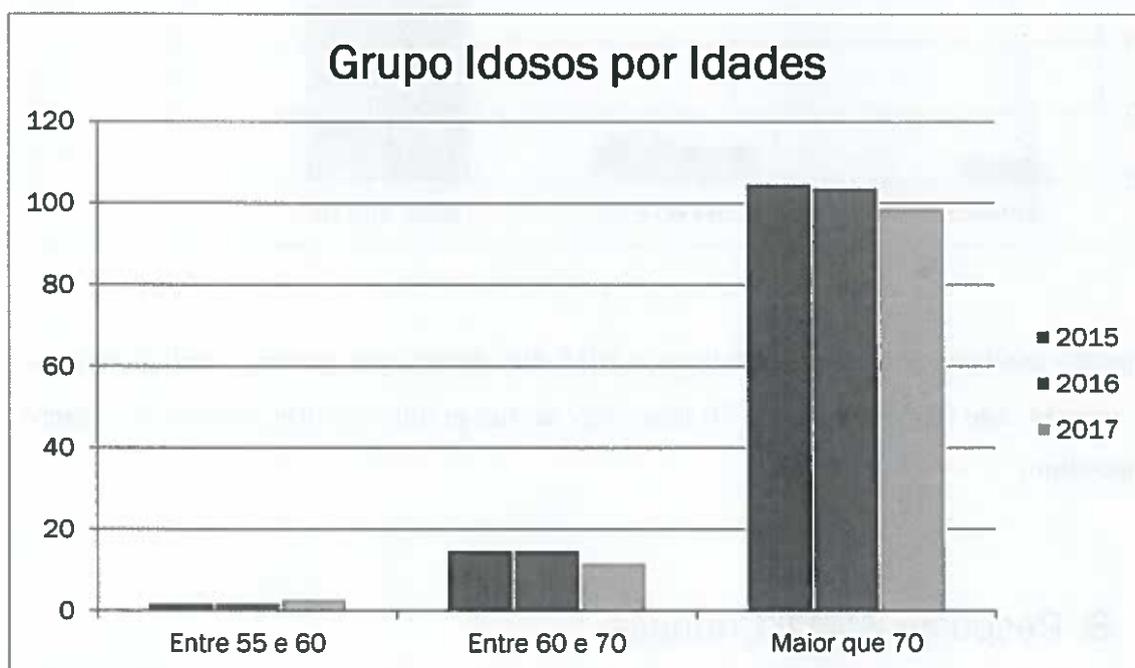
Na análise ao número de utentes das respostas sociais ERPI, SAD e Centro de Dia, verifica-se um decréscimo global face a 2015 de 7%.

Com variações negativas, aparece a resposta social SAD com menos de 12% e CD com menos 16%. Este decréscimo mais acentuado no SAD, é explicado pela movimentação existente entre a resposta e a Unidade de Cuidados Continuados, sendo que em alguns casos da resposta social CD sucedeu o mesmo e muitos também foram admitidos na Resposta Social ERPI. Na resposta social SAD, temos acordo da Segurança Social para 49 utentes e capacidade para 56, desde 2015 que não temos a capacidade totalmente

preenchida. Em relação à resposta social CD, temos acordo da Segurança Social para 10 utentes e capacidade para 30.

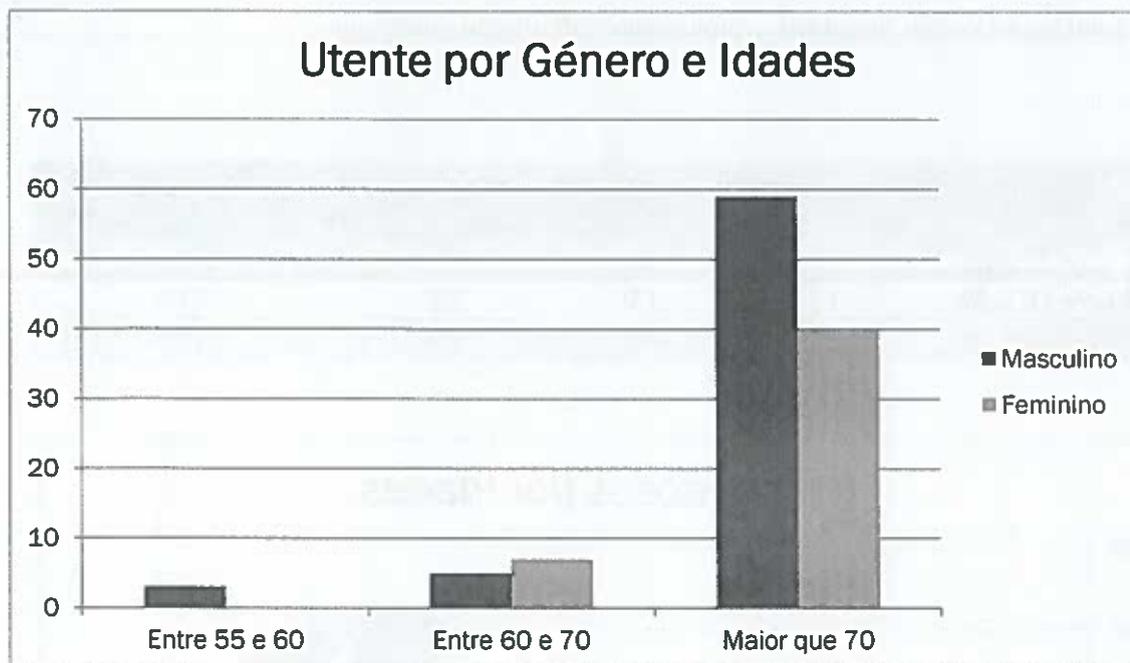
Na resposta social ERPI no ano de 2015 e 2017 o valor manteve-se igual. Na resposta social ERPI, temos acordo da Segurança Social para 56 utentes e capacidade para 62. No final de 2017 não tínhamos a capacidade totalmente garantida.

Idades por Resposta Social	2015	2016	2017	Variação 2015/2017
<b>Entre 55 e 60</b>	2	2	3	50%
<b>Entre 60 e 70</b>	15	15	12	-20%
<b>Maior que 70</b>	105	104	99	-6%



Numa análise à faixa etária nas respostas sociais ERPI, SAD e CD, pode-se constatar através dos dados que temos, que a população abrangida está cada vez mais envelhecida pois se repararmos na tabela, pessoas com idade maior do que 70 são aquelas que tem uma maior predominância face às restantes.

Utentes por Género em 2017	Masculino	Feminino
<i>Entre 55 e 60</i>	3	0
<i>Entre 60 e 70</i>	5	7
<i>Maior que 70</i>	59	40

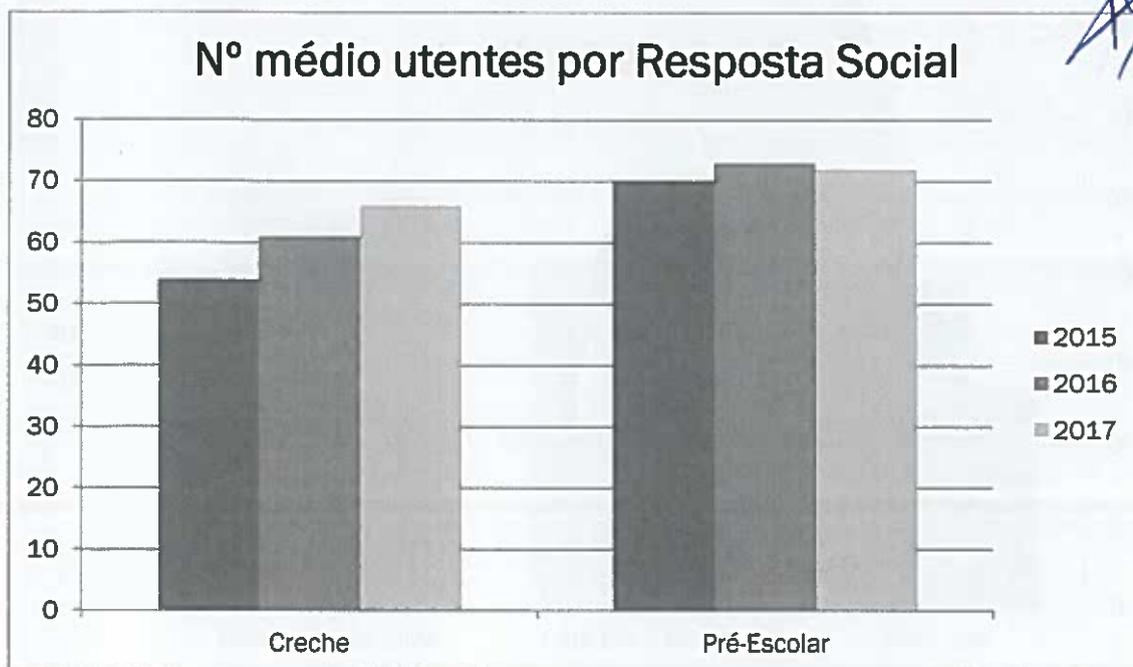


Quando analisamos os dados relativos a 2017 dos utentes por género, verificamos que os utentes com idade superior a 70 anos, são na sua grande maioria, utentes do género masculino.

## 8. Resposta Social Crianças

A análise ao triénio 2015/2017, verifica-se uma estabilização do número de alunos nos nossos estabelecimentos. Na análise ao grupo de crianças, iremos analisar as respostas sociais Creche e Pré-Escolar.

Resposta Social	2015	2016	2017	Varição 2015/2017
<i>Creche</i>	54	61	66	22%
<i>Pré-Escolar</i>	70	73	72	3%
<i>Total</i>	124	134	138	11%

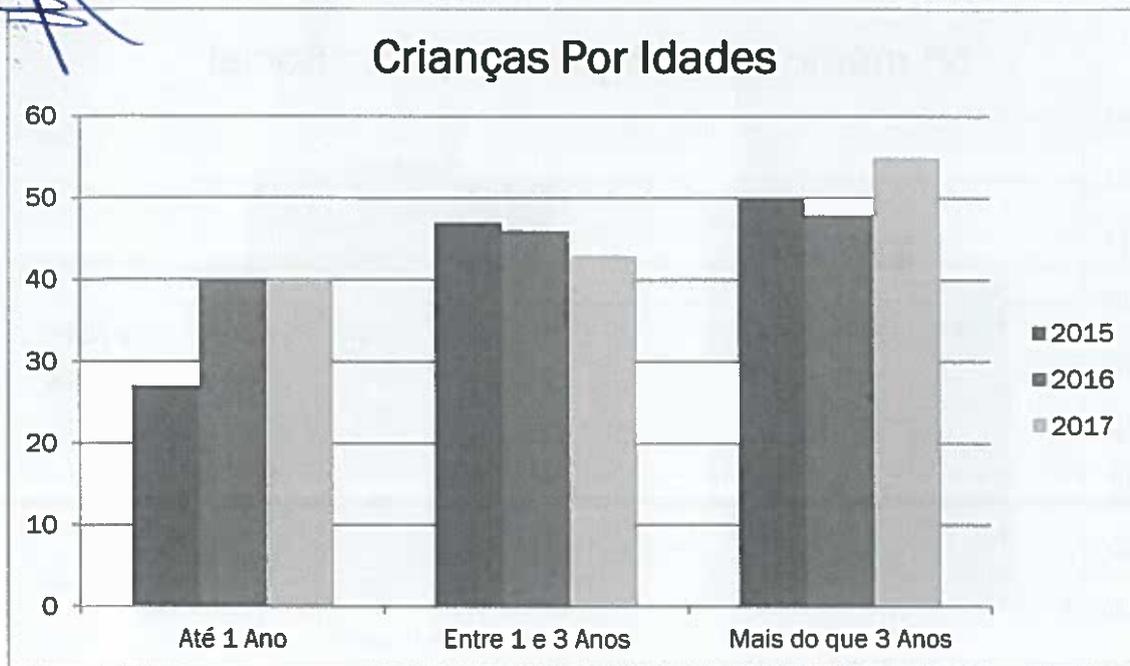


Na Resposta Social de Creche, a Instituição tem acordo para 60 crianças e capacidade para 68. Como se pode verificar e através da apresentação do gráfico, a média dos utentes na resposta social Creche tem vindo a aumentar progressivamente, atingindo em 2017 o seu maior valor, de 66 utentes em média.

Quanto à resposta social de Pré-Escolar, verifica-se a mesma situação, temos acordo para 70 crianças e capacidade para 75. Também nesta resposta social, tem havido um aumento progressivo do número médio de utentes, sendo que este tem sido sempre igual ou superior ao valor do acordo com a segurança social de 70 crianças.

Idades por Resposta Social	2015	2016	2017	Varição 2015/2017
<i>Até 1 Ano</i>	27	40	40	48%
<i>Entre 1 e 3 Anos</i>	47	46	43	-9%
<i>Mais que 3 Anos</i>	50	48	55	10%
<i>Total</i>	124	134	138	11%

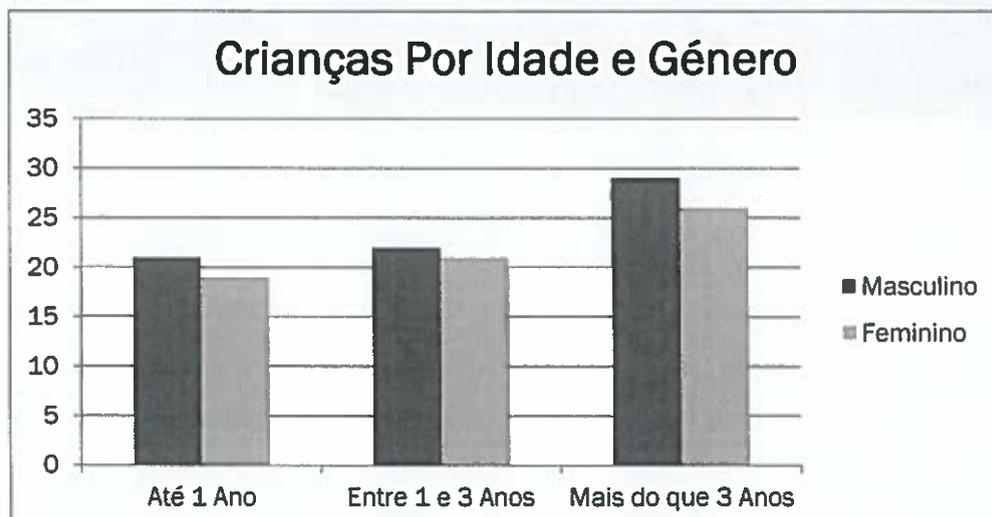
Handwritten notes in blue ink, including a large 'A' and some illegible scribbles.



Podemos verificar que de 2015 para 2016 têm entrado muitas crianças até 1 ano, e que de 2016 para 2017 o número de crianças manteve-se.

Na análise ao número de utentes das respostas sociais Creche e Pré-Escolar verifica-se um crescimento global face a 2015 de 11%. De notar que, apenas em idades compreendidas entre 1 e 3 anos, é que houve um decréscimo mas que acabou por ser compensado pelas restantes faixas etárias.

Idades e Género 2017	M	F
<i>Até 1 Ano</i>	21	19
<i>Entre 1 e 3 Anos</i>	22	21
<i>Mais que 3 Anos</i>	29	26

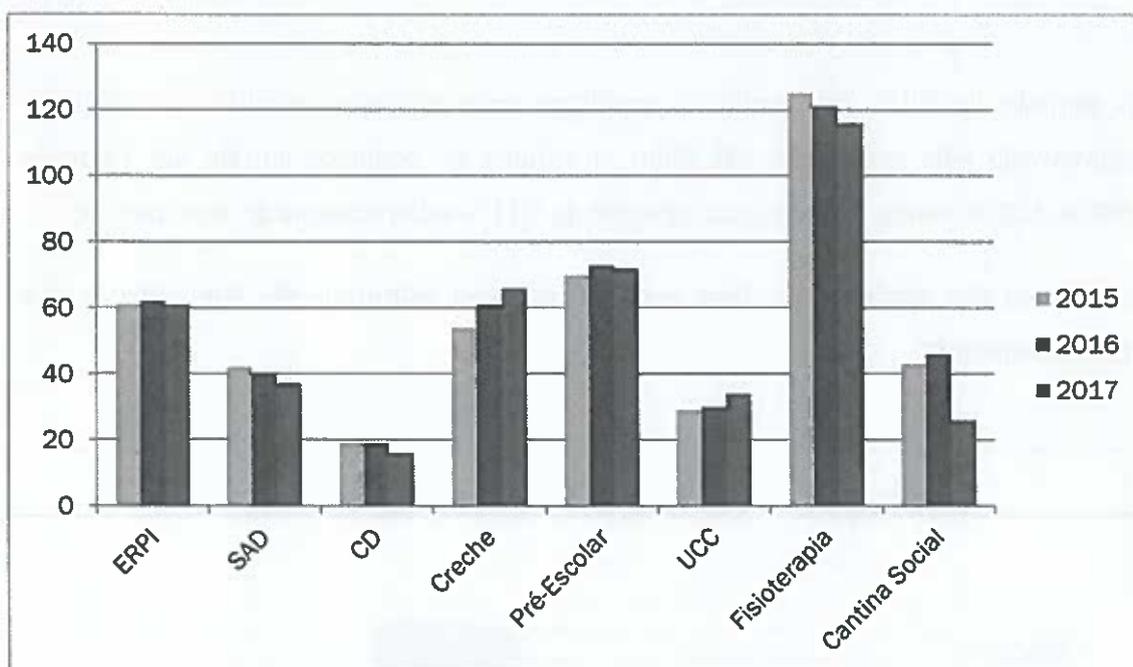


De notar que, o género masculino é aquele onde se verifica maior número de crianças, quer nas crianças até 1 ano, quer nas crianças com mais de 3 anos.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 9. Resposta Social Global

Nº médio Utentes por Resposta Social	2015	2016	2017	Variação 2015/2017
<i>ERPI</i>	61	62	61	0%
<i>SAD</i>	42	40	37	-12%
<i>CD</i>	19	19	16	-16%
<i>Creche</i>	54	61	66	22%
<i>Pré-Escolar</i>	70	73	72	3%
<i>UCC</i>	29	30	34	17%
<i>Fisioterapia</i>	125	121	116	-7%
<i>Cantina Social</i>	43	46	26	-40%
<i>Total</i>	443	452	428	-3%



Analisando o triénio 2015 a 2017, verifica-se um decréscimo de 3% no número total de utentes, mais acentuado na resposta social Cantina Social, facto que se deveu à redução do número de refeições protocoladas e no final do ano de 2017, a introdução do Programa Alimentar FEAC que consiste na distribuição de Géneros Alimentares e/ou de Bens de Primeira Necessidade.

A variação negativa da resposta social SAD resulta essencialmente da volatilidade da transferência de utentes entre esta resposta e a unidade de cuidados continuados.

A variação negativa da resposta social CD resulta da admissão de utentes na resposta social ERPI.

Na resposta social Creche, Pré-Escolar e UCC a variação foi positiva, o que mostra que as pessoas procuram a nossa Instituição e que esta é uma referência no nosso Concelho. Contudo, apesar das oscilações do número médio de utentes nas várias respostas sociais, a Santa Casa tem desenvolvido um trabalho notório no serviço à comunidade, apoio aos mais carenciados e na melhoria dos seus serviços proporcionando desta forma uma melhor qualidade de vida aos seus utentes.

## 10. Sumário Financeiro

### 10.1. Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2017 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela Instituição. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 1.080.833,28 €, representando uma variação de 5.11% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



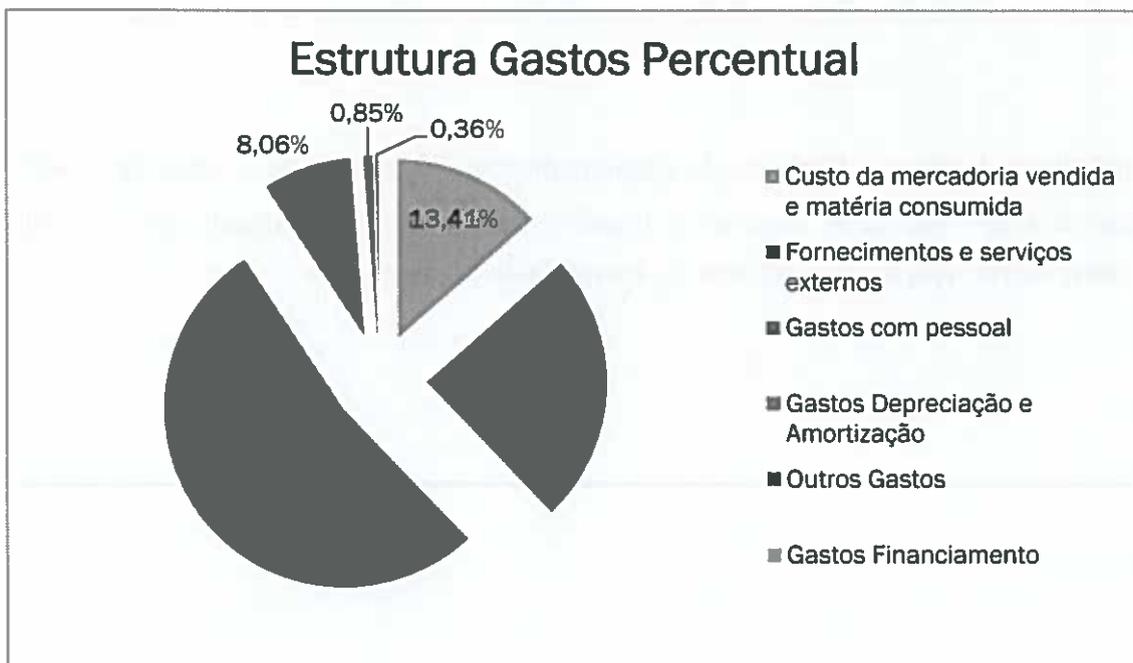
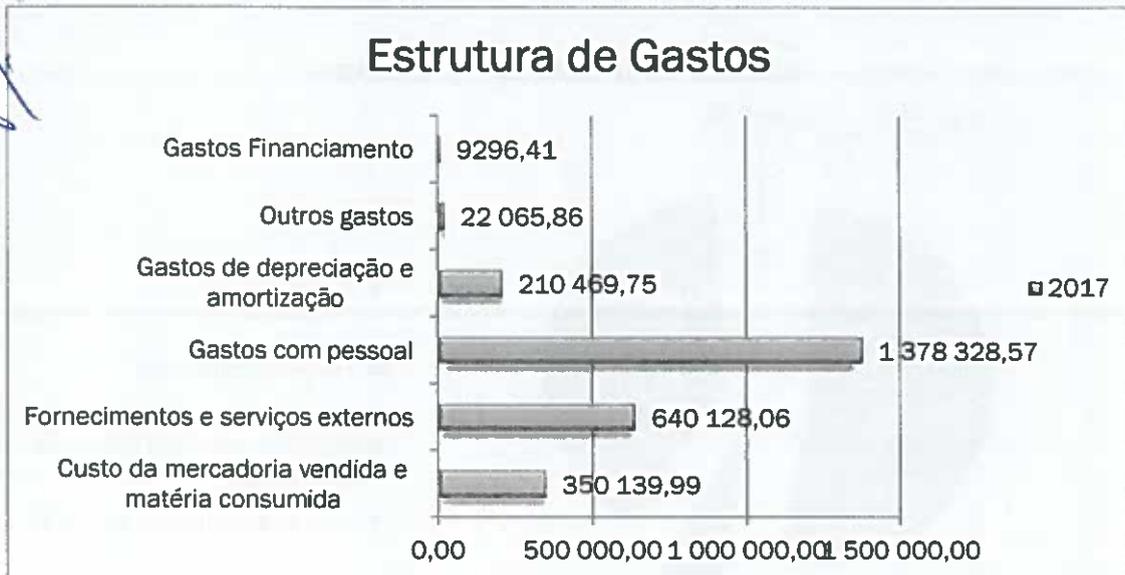
Através do gráfico de barras apresentado podemos concluir que o Volume de Negócios tem aumentado gradualmente sendo que de 2016 para 2017 foi quando se registou um aumento superior.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



Quando analisamos a Estrutura de Rendimentos, verificamos que, a fatia com maior peso é a dos Subsídios, doações e legados à Exploração que regista um valor de 1.380177,02€, representam 52,97% da Estrutura de Rendimentos.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



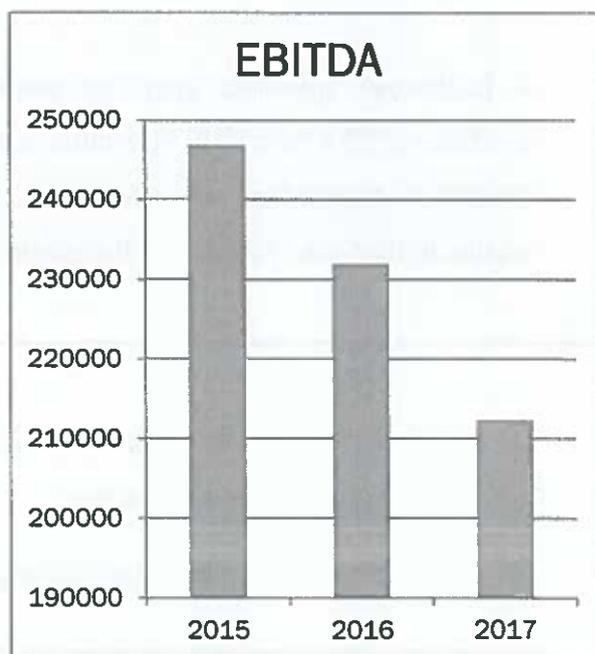
Através dos gráficos acima apresentados, podemos verificar que a rubrica com maior peso é os Gastos com Pessoal, que representa mais de metade da estrutura de gastos. Podemos também verificar que, as rubricas com menos peso na Estrutura de Gastos são os Outros Gastos e os Gastos com Financiamento.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Rubricas	Períodos		
	2017	2016	2015
<i>Gastos com Pessoal</i>	1.378.328,57€	1.324.348,94€	1.323.194,80€
<i>Nº médio pessoas</i>	105	101	104
<i>Gasto médio por pessoa</i>	13.126,94€	13.112,37€	12.723,03€

Como podemos analisar, através da tabela representada anteriormente, o Gasto Médio por Pessoa têm vindo a aumentar gradualmente desde 2015. Um dos factores tem sido o Aumento do Salário Mínimo Nacional.

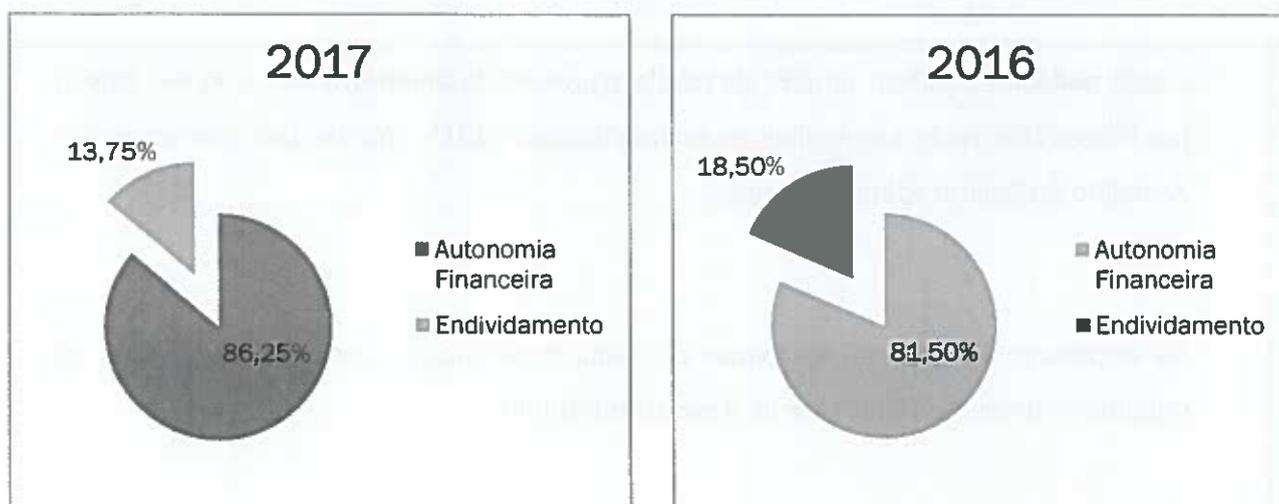
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Apesar de o Resultado Líquido ter descido ao longo dos vários anos, atingindo um Resultado Negativo no ano de 2017, se analisarmos o EBITDA, apesar de ter vindo

também ele a descer desde 2015, podemos dizer que a empresa continua a gerar recursos através da sua actividade operacional.

Em resultado da sua actividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



A Instituição apresenta uma boa autonomia financeira. Podemos constatar que a entidade de 2016 para 2017 aumentou a sua Autonomia Financeira.

Quando ao Endividamento, este baixou consideravelmente na mesma proporção que a subida do Rácio de Autonomia Financeira o que é muito positivo para a Instituição.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

### ESTRUTURA DO BALANÇO

Rubricas	2017		2016	
Ativo Não Corrente	4.512.479,41€	87,14%	3.588.014,51€	80,69%
Ativo Corrente	665.979,32€	12,86%	858.871,84€	19,31%
Total Ativo	5.178.458,73€		4.446.886,35€	

Rubricas	2017		2016	
Fundos Patrimoniais	4.466.667,34€	86,25%	3.624.146,00€	81,50%
Passivo Não Corrente	227.490,11€	4,40%	273.454,67€	6,15%
Passivo Corrente	484.301,28€	9,35%	549.285,68€	12,35%
Total FP e Passivo	5.178.458,73€		4.446.886,35€	

Analisando a Estrutura do Balanço, podemos concluir que relativamente ao Ativo, a Rubrica Ativo Não Corrente é aquela que tem um peso maior. Relativamente aos Fundos Patrimoniais e Passivo, a Rubrica Fundos Patrimoniais é aquela que tem maior peso.

## 11. Proposta Aplicação de Resultados

A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, no período económico findo em 31 de dezembro de 2017 realizou um resultado líquido negativo de 4772,82€, que se propõe que seja integralmente transferido para Resultados Transitados.

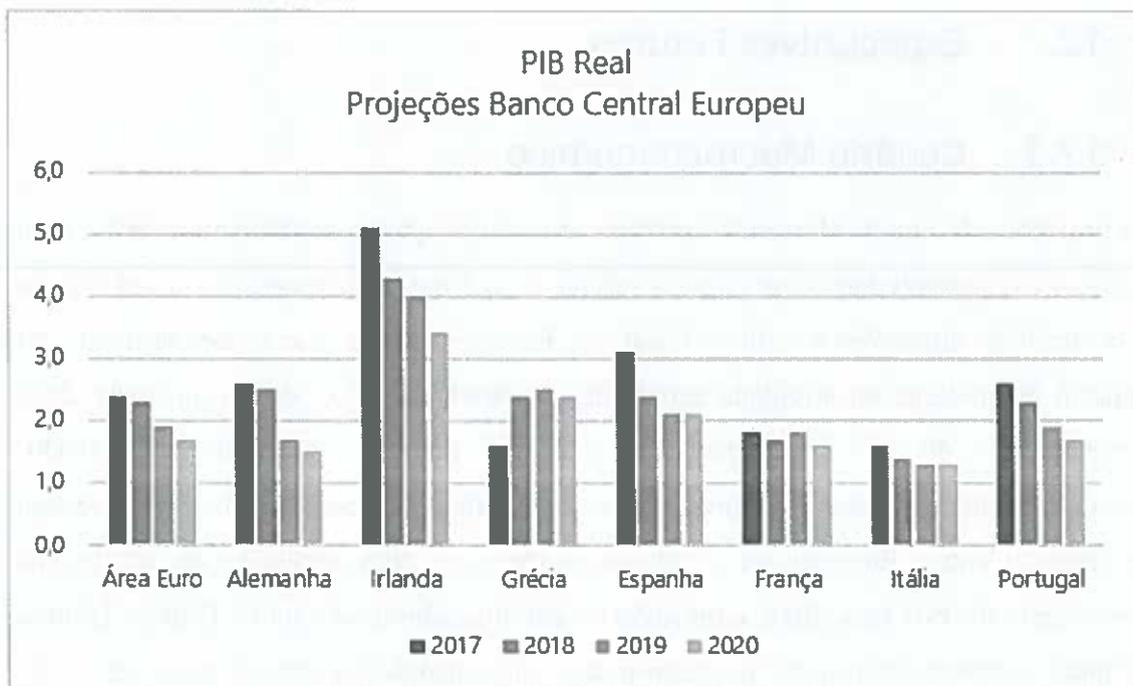
## 12. Expectativas Futuras

### 12.1. Cenário Macroeconómico

As projeções do Fundo Monetário Internacional são de que o crescimento mundial para este ano e o seguinte tenha uma ligeira subida, de 0,2 pontos percentuais, impulsionado pelas recentes alterações à política fiscal dos Estados Unidos, que se espera terem um impacto estimulante na atividade económica mundial até 2020, devido ao expectável aumento do investimento e do consumo privado. Após um crescimento excecionalmente forte no primeiro semestre de 2017, as projeções do Banco Central Europeu até 2020 são moderadas, com previsões de um ligeiro crescimento do PIB para 2018, com revisões em alta sobretudo para os Estados Unidos e China, mantendo-se robusto no curto prazo, em consonância com os níveis elevados de confiança das empresas e dos consumidores, ainda que, entre 2019 e 2020 se verifique um ligeiro abrandamento do mesmo, conseqüente dos efeitos de alguns dos

fatores favoráveis que apoiam este crescimento, se desvanecerem gradualmente durante o período referenciado, tais como a desaceleração da taxa de crescimento da procura externa, bem como o abrandamento do crescimento do emprego, em parte relacionado com a escassez de oferta de mão de obra em alguns países.

Também no curto prazo se prevê um crescimento do comércio mundial robusto, ainda que com uma estabilização no crescimento da atividade económica mundial com valores abaixo dos níveis anteriores à crise, em consonância com o crescimento potencial mais baixo. Em relação às economias avançadas, prevê-se uma expansão robusta, com um abrandamento ao longo deste período, enquanto que nas economias emergentes, as previsões apresentam-se mais dinâmicas, apoiadas por um fortalecimento, ainda que lento, da atividade nos países exportadores de matérias-primas, em particular no Brasil e na Rússia, e pelo crescimento resiliente na Índia e na China. Na Zona Euro, prevê-se que o crescimento real do PIB abrande de forma gradual, passando de 2,4% em 2017 para 1,7% em 2020, esperando também que a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) estabilize nos próximos trimestres, subindo depois para 1,7% em 2020, sendo que esta inflação é revista ligeiramente em alta no curto prazo, devido aos preços mais elevados do petróleo e dos produtos alimentares.



Em termos orçamentais, em relação à Zona Euro e segundo dados do BCE, as perspetivas são neutras, onde, por um lado, incidem os cortes nos impostos diretos e nas contribuições para a segurança social e, por outro, existe um pressuposto de dinamização do investimento público. Assim, projeta-se que os rácios do défice e da dívida públicos exibam uma trajetória descendente, em suma devidos à diminuição dos pagamentos de juros.

Em relação ao consumo privado, também se manterá robusto ao longo do horizonte de projeção, derivado à maior confiança dos consumidores, bem como à melhoria das condições do mercado de trabalho e ao aumento dos salários reais por trabalhador. Devido à melhoria da situação económica e financeira das famílias, à diminuição das taxas de juro e aos cortes nos impostos diretos em alguns países, o rácio de poupança das famílias deverá aumentar de forma gradual, contrariando a sua diminuição verificada nos últimos trimestres.

Não obstante, prevê-se uma ligeira desaceleração do crescimento do emprego no curto prazo, maioritariamente devido a uma queda no setor público de alguns países. Apesar da escassez de oferta de mão de obra, o crescimento da população ativa irá manter-se no longo prazo, refletido pelos valores líquidos relativos à imigração de trabalhadores, bem como da integração de refugiados. Também a taxa de desemprego continuará a ser positiva, prevendo-se uma descida considerável, atingindo os 7,3% em 2020.

Quanto ao investimento, verifica-se que o crescimento do crédito ao setor privado continua a aumentar, impulsionado pelas taxas de juro baixas e pelas condições de financiamento bancário favoráveis. A menor necessidade de desalavancagem também contribuirá para o dinamismo da despesa privada, enquanto que o investimento empresarial continuará a recuperar, refletindo também um fortalecimento das margens de lucro face a pressões crescentes do lado da procura. Por fim, as exportações deverão permanecer robustas no curto prazo, beneficiando da expansão em curso da atividade económica mundial e do correspondente crescimento da procura externa da Zona Euro. No longo prazo, prevê-se uma desaceleração, em conformidade com a desaceleração da procura externa. Do outro lado, as importações extra-área do euro deverão beneficiar da evolução positiva da procura interna e de um euro mais forte, embora em menor grau do que as exportações, o que resultará num contributo levemente positivo do comércio líquido para o crescimento económico.

Apesar das expectativas crescentes, preveem-se alguns riscos no longo prazo, sendo que o Fundo Internacional Monetário aponta para um risco na diminuição do crescimento e confiança, caso a inflação e as taxas de juro dos países desenvolvidos cresçam mais rápido do que o esperado.

As políticas protecionistas, bem como as tensões geopolíticas que temos vindo a assistir nos últimos tempos, trazem uma incerteza política que se traduz num risco para a economia mundial. Também acordos comerciais como o NAFTA, que se encontra em fases de renegociação, e os acordos económicos entre o Reino Unido e a União Europeia, poderão pesar no investimento global e reduzir a eficiência da produção, uma vez que estas negociações podem resultar num aumento das barreiras comerciais, traduzindo-se num obstáculo para o PIB potencial. Não esquecendo o risco proveniente dos eventos climáticos que têm acontecido recorrentemente um pouco por todo o Mundo – furacões no Atlântico, seca na África subsaariana e na Austrália, por exemplo, que levam a custos humanitários devastadores e a perdas económicas, podendo também conduzir a um fluxo migratório nas regiões afetadas.

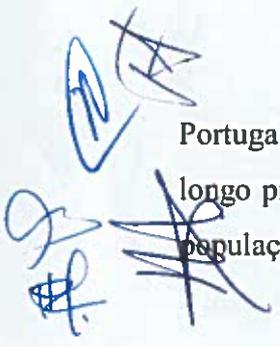
## 12.2. Cenário Interno

Para o ano de 2018, os principais objetivos anunciados pelo Governo são a recuperação dos rendimentos das famílias, a criação de emprego e o apoio ao investimento das empresas e à inovação. Para tal, o governo conta progredir para 5,9% o investimento total da economia, bem como atingir um crescimento do emprego de 0,9% durante este ano, bem como uma redução da taxa de desemprego média para os 8,6%, e também uma ligeira diminuição da carga fiscal, no que toca à tributação direta incidente sobre os rendimentos das pessoas singulares. Quanto às empresas, não se preveem alterações durante o ano corrente. Segundo projeções do Banco de Portugal, em comparação com o ano findo, o processo de expansão económica manter-se-á inalterado nos próximos anos e a atividade económica continuará com um perfil crescente, apesar de mais moderado, onde a economia portuguesa continuará a beneficiar de um enquadramento externo favorável a longo prazo. Já o Orçamento de Estado para 2018, prevê um crescimento económico de

2,2% e um déficit orçamental de 1%, podendo vir a atingir a maior redução da dívida das últimas duas décadas até ao final deste ano, mantendo, assim, o cumprimento dos compromissos internacionais.

Até 2020, o Banco de Portugal prevê uma desaceleração do PIB mas, ainda assim, mantendo-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. As condições monetárias e financeiras também deverão manter-se favoráveis, e a evolução da procura global terá como principal fator dinâmico a FCBF, que em 2020 deverá situar-se 11% abaixo do nível registado em 2008. As exportações manterão um crescimento robusto, devido essencialmente à evolução da procura externa.

Também o consumo privado apresentará um crescimento, apesar de estável, maioritariamente devido à evolução do rendimento disponível real, influenciada por um crescimento moderado dos salários reais e pela continuação da recuperação do mercado de trabalho. No consumo público também se notarão melhorias, devido ao descongelamento gradual das progressões salariais que ocorrerá este ano. Resultando desta evolução e dum crescimento da população ativa, a taxa de desemprego manterá a sua trajetória de redução. Ainda assim, prevê-se que o nível de emprego se situe 2% abaixo dos níveis observados antes da crise financeira internacional, bem como o nível de população ativa que, apesar de se prever ligeiramente positivo, não irá atingir os níveis observados antes da crise financeira. Com estes fatores, projeta-se uma tendência descendente da taxa de emprego, atingindo os 6,1% em 2020. Apesar do aumento em 2017, a inflação deverá estabilizar-se entre 2018 e 2020 em cerca de 1,5%, e prevê-se que até 2020 as exportações mantenham um crescimento moderado, de 6,5% em 2018 para 4,1% em 2020, trajetória que reflete a ligeira moderação do crescimento da procura externa e dos ganhos de quota de mercado. O principal fator que beneficiará o aumento das exportações continuará a ser o aumento do turismo, que tem contribuído para o aumento do peso das exportações no PIB desde 2010. Quanto às importações, irão desacelerar progressivamente até 2020, atingindo um crescimento de 4,8% no final do período projetado. A capacidade de financiamento portuguesa também crescerá até 2020, mantendo-se em cerca de 2,2% do PIB, devido à descida das taxas de juro da dívida pública e aos recebimentos de fundos estruturais da União Europeia. Para finalizar, a crise política na Catalunha constitui o maior risco para a economia portuguesa, atendendo ao peso que Espanha representa nas relações económicas de



Portugal. Para além destes riscos, Portugal também terá de enfrentar alguns desafios no longo prazo, como sendo a evolução demográfica, principalmente devido à redução da população em idade ativa.

### 12.3. Evolução previsível da Sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, em que a continuada pressão para o aumento do salário mínimo nacional, com implicações previsíveis na restante massa salarial, a não diminuição do custo de produção, prevê-se que a gestão da Instituição, tenha em equação em matéria de desenvolvimento da sua atividade, a forte pressão por lado dos gastos.

Por outro lado, com a também previsível alteração das políticas sociais, poderá existir também a necessidade de estarmos presentes nos desafios que nos forem colocados pelas várias áreas de tutela, o que levará, a uma gestão muito criteriosa da Instituição, de forma a manter o equilíbrio económico financeiro.

## 13. Outras Informações

A Santa Casa da Misericórdia Porto de Mós não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro. Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2017. Não foram realizados negócios entre a sociedade e a Mesa Administrativa. A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Mesa Administrativa assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade. Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

## 14. Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Porto de Mós, 07 de Março de 2018



Nuno Joaquim de Jesus Ferreira

Ana Paula Rebelo

Fernando Manuel Marques Anjo

Jos Maria da Silva de Sousa

Levi Ferreira da Costa  
Eduardo Manuel Ferreira Almeida

